

Instrução particular e a oferta de internato na Província de Sergipe (1840-1888)

Private education and the offer of boarding schools in the Province of Sergipe (1840-1888)

Joaquim Tavares da Conceição¹
Universidade Federal de Sergipe
joaquimcodapufs@gmail.com

Resumo: Este artigo é uma abordagem histórica a respeito de internatos instalados na Província de Sergipe (1840-1888) e tem como objetivo apresentar o internamento como um modelo predominante em estabelecimentos de instrução particular. A operação historiográfica consistiu em separar, reunir e transformar em documentos históricos as informações coletadas, efetuando os cruzamentos entre tais dados. Foram utilizadas as seguintes tipologias de fontes: relatórios, teses doutorais, almanaques, jornais, livros, romances e legislação. Durante o século XIX, predominaram em Sergipe internatos ou pensionatos familiares que funcionavam em casas adaptadas para o recebimento de alunos pensionistas que viviam sob os cuidados do diretor e de sua família. A parcela da sociedade que podia arcar com os custos do internato eram os grandes proprietários rurais e grandes comerciantes que matriculavam seus filhos nos internatos locais ou em colégios-internatos das capitais sedes de Faculdades. Da década de 1860 em diante, estratos médios da população, diante dos problemas da instrução pública, também recorriam aos internatos. A maior parte da população vivia na zona rural e, devido às dificuldades de transporte para as cidades onde estavam localizados os colégios, encontrava no internato um modelo adequado para garantir a instrução de seus filhos.

Palavras-chave: internatos, educação, Província de Sergipe, história.

Abstract: This article is a historical approach about boarding schools established in the province of Sergipe (1840-1888) and aims to present the boarding schools as a predominant model in particular education establishments. The historical operation consisted of separating, organizing and transforming the collected information into historical documents, and crosschecking such information with other facts found. Several sources were used, such as reports, doctors' dissertations, periodicals (almanacs, newspapers), books, novels, and legislation. During the nineteenth century, in Sergipe boarding schools or boarding houses were predominant and functioned in the owner's houses or rented houses for admitting boarder students who lived under the care of the director and his family. The part of society that could afford the costs of boarding schools was major rural landowners and rich businessmen who did enroll their children in local boarding houses or in boarding schools at the capitals, headquarters of Colleges. From the 1860's on, the middle strata of the population, facing the problems of public education, also relied on boarding schools. Most lived in rural areas, facing difficulties with transportation to the cities where the schools were located and found in boarding schools an appropriate model to ensure the education of their children.

Keywords: boarding schools, education, Province of Sergipe, history.

¹ Universidade Federal de Sergipe. Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze, 49100-000, São Cristóvão, SE, Brasil.

Introdução

Este artigo é uma abordagem histórica a respeito de internatos instalados na Província de Sergipe no século XIX e busca historicizar as primeiras práticas de internamento escolar na Província; a relação entre o crescimento da oferta de estabelecimentos de instrução particular e o desenvolvimento do modelo colégio-internato; as opções pelos internatos localizados em outras províncias e as práticas e/ou características culturais dos internatos locais, ou seja, a instrução, a alimentação, as pensões, o enxoval e aspectos do cotidiano.

A periodização, embora o estudo dos fatos não esteja preso a datas determinadas e inflexíveis, estende-se dos anos de 1840, quando se tem notícia dos primeiros internatos na Província de Sergipe, até o ano de 1888, segunda metade do século XX, fase de crescimento dos colégios-internatos particulares. Essa delimitação temporal de “longa duração” (Braudel, 1978) foi uma escolha que procurou reconhecer nas peculiaridades do próprio objeto o centro determinante da periodização. Nesse período, os internatos foram utilizados de forma mais acentuada na educação sergipana, o que permitiu seguir e compreender as transformações, continuidades e descontinuidades culturais do objeto.

Para produzir este estudo, foram utilizadas as seguintes fontes: relatórios de presidentes e de autoridades da instrução pública da Província de Sergipe, notícias, anúncios e estatutos de colégios-internatos publicados na imprensa periódica, livros, romances autobiográficos, teses doutorais e legislação educacional. Destacam-se, nesse conjunto de fontes, os anúncios de colégios-internatos publicados em periódicos de circulação local e/ou nacional. Durante o século XIX, a publicação de anúncios em jornais ou em almanaques foi uma estratégia muito utilizada por proprietários de colégios-internatos masculinos e femininos, a fim de atrair alunos para os seus estabelecimentos. Nos anúncios dos “Colégios de Meninos” e “Colégios de Meninas”, os diretores-proprietários dos estabelecimentos informavam às famílias a respeito de variados aspectos dos colégios-internatos, tais como o endereço, as condições de salubridade do local, o espaço físico, os serviços ofertados, o ensino e

os professores. Informavam também sobre as condições para o ingresso no internato, como o enxoval, obrigatoriedade de vacinação, idade, grau de instrução, valores e condições de pagamento da pensão e de outros serviços oferecidos pelo estabelecimento (Conceição, 2013).

A abordagem histórica utilizada aceita a “interação dialética entre economia e valores, entre estrutura e operação, entre os elementos materiais e culturais da existência” (Desan, 1995, p. 69). Neste estudo sobre os internatos, essa relação dialética é percebida na educação disseminada por eles, que, em parte, funcionou para a formação de uma “identidade de classe”. Assim, sabendo que o universo dos estudantes internados era formado predominantemente por filhos e filhas oriundos das classes ricas e de segmentos médios, a cultura dispensada nesses colégios contribuiu para formar futuros dirigentes e intelectuais de um determinado segmento social ou classe social (Conceição, 2012). Segundo o conceito de Thompson:

A classe é uma relação e não uma coisa [...] Ela não existe para ter um interesse ou uma consciência ideal [...] É um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma estrutura, [...] mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus (Thompson, 1987, p. 9).

A educação ou a transmissão de cultura dispensada nos internatos constituía-se em privilégio de classes ou de posições sociais de famílias ricas, segmentos que podiam fazer face aos dispêndios do internato. O investimento financeiro, ou de qualquer outra espécie, para colocar um filho ou filha no internato estava na relação da eficácia de reprodução ou da importância do capital cultural institucionalizado² transmitido nesses estabelecimentos em relação ao capital econômico³ das famílias. Desse modo, as famílias serviam-se dos internatos como uma estratégia de reprodução educativa, movidas por “[...] uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os poderes e privilégios [...]” (Bourdieu, 1996, p. 35).

² No pensamento de Bourdieu, o capital cultural pode ser compreendido sob três acepções ou estados: “no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais [...] e no estado institucionalizado, sob a forma de objetivação [...]”. Essa forma de objetivação pode ocorrer pela aquisição do diploma escolar. “Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico” (Bourdieu, 1998, p. 78).

³ As três noções de capital, segundo Bourdieu, são: o “capital econômico”, que corresponde à apropriação de bens materiais, o “capital social”, conjunto das relações sociais (amigos, laços de parentesco, contatos profissionais, etc.) mantidas por um indivíduo como estratégias de “apoios” para a atuação, e o “capital simbólico”, que corresponde ao conjunto de rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento (Nogueira e Catani, 1998).

O internato quase sempre servia a esse interesse, pois era um espaço de distinção social, ou diferenciação social, pela formação de disposições ou de *habitus*, entendido como “[...] princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas” (Bourdieu, 1996, p. 21). O tempo de permanência no internato foi importante para a interiorização desses princípios culturais produtores de experiências comuns.

Contudo, a transmissão de valores não se fazia sem conflitos. Nem todos se enquadravam na “fôrma” do internato. Diante do regime de horários, tarefas regradas, idade e costumes trazidos de casa, os internos transgrediam as imposições dos “fiscais”. As análises de Michel Foucault (2003) sobre o poder disciplinar apresentam-se como ferramentas importantes para a compreensão de aspectos micros dos internatos, sobretudo das técnicas disciplinares postas em circulação a fim de *normalizar* o interno aos propósitos do estabelecimento. Assim, este estudo também estabelece uma abordagem cultural do cotidiano dos internatos, destacando e analisando seus usos e costumes, o exercício do poder disciplinar, evidenciando as técnicas disciplinares de controle do espaço, do tempo e das atividades diárias dos internos e a instrução oferecida. O recurso à abordagem cultural é um instrumental importante tanto por enfatizar o valor da descrição das particularidades culturais, como por permitir interpretar suas “teias de significados”, acreditando que “nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano” (Geertz, 1978, p. 58).

Primeiras práticas de internamento escolar na província de Sergipe

Os primórdios das práticas de internamento em Sergipe para fins de instrução ou educação podem ser encontrados ainda no século XVIII, quando moças naturais da Capitania de *Sergipe Del Rei* eram internadas em conventos também com a finalidade de serem educadas. Nas listas de recolhidas do Convento da Soledade (Ferreira, 2006; Mott, 1992), em Salvador, aparecem sergipanas que foram internadas por seus pais, tanto na condição de religiosas, que depois de “[...] recolhidas desejaram e foram aptas a receber o véu preto de professoras, como também moçoilas ou mesmo de meninas pré-adolescentes que estiveram nesta instituição com finalidade de se educarem, temporariamente” (Mott, 1992, p. 98).

Entretanto, foi no decorrer do século XIX, em estabelecimentos de instrução particular, que surgiram os primeiros internatos escolares na Província. Assim, nos

anos de 1840, já existiam, em Sergipe, em diversas localidades, pequenos colégios particulares de primeiras letras e mesmo com aulas do curso secundário, funcionando como internato familiar (Vasconcelos, 1849, p. 2). Na cidade de São Cristóvão, capital da província, em 1855, Tereza de Jesus Correia, dando como referência sua passagem pelos colégios femininos de Salvador, avisava às famílias que aceitava receber em sua casa meninas para serem instruídas como internas (Anúncio, 1842, p. 4). Na mesma cidade já havia sido fundado, em 1848, o Colégio São Cristóvão, dirigido pelo diretor do Liceu de São Cristóvão, padre José Gonçalves Barroso. O colégio chegou a ser frequentado por mais de 50 alunos e recebeu até 23 alunos internos. O estabelecimento oferecia o curso primário e aulas do ensino secundário (latim, francês, filosofia, retórica, música e dança).

No ano seguinte à fundação do Colégio São Cristóvão, provavelmente já enfrentando dificuldades para manter o internato, motivadas pela falta ou demora no pagamento das pensões (Anúncio, 1848, p. 4), o padre José Gonçalves Barroso propôs ao presidente da província, Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, receber no internato três meninos órfãos e pobres mediante a metade da pensão, paga pelos cofres públicos (Vasconcelos, 1849, p. 22). Este era um costumeiro recurso que proprietários de escolas particulares utilizavam para conseguirem do governo provincial algum tipo de subvenção aos seus estabelecimentos. Com o capital político que o diretor do Colégio São Cristóvão possuía, é bem possível que tenha conseguido a ajuda esperada.

Em 1849, também em São Cristóvão, as senhoras Angélica e Olímpia Vanerio de Argolo Castro, coadjuvadas respectivamente pelo seu avô Euzébio Vanerio e esposo Joaquim José da Silva Castro, dirigiam um pequeno colégio no qual recebiam somente meninas internas, justificando essa opção por entender que, no internato, a educação era mais regular e metódica, como também para evitar a grande perda de tempo em saídas e entradas das alunas. No pequeno internato feminino das senhoras Angélica e Olímpia Vanerio de Argolo Castro, as meninas eram instruídas nas primeiras letras, gramática, francês, bordado a ponto de marca e todos os trabalhos de agulha e a dança. Para isso, a família de cada aluna deveria desembolsar a quantia de 20\$000 réis mensais. Como de costume nos internatos, nas “férias de natal”, dezembro a janeiro, as pensionistas podiam continuar no internato, devendo fazer pagamento extra. Também era cobrado o pagamento extraordinário pela roupa lavada e gomada (Anúncio, 1849, p. 4).

A cidade de Laranjeiras, berço de grandes proprietários rurais ligados ao cultivo e fabricação do açúcar, foi próspera em colégios particulares funcionando com internato.

Em 1841, os professores Braz Diniz de Villas-Boas e Inocência Narciza de Santa Roza fundaram nessa cidade o Colégio Coração de Jesus, que funcionava com internato para meninos e meninas e ministrava as instruções primária e secundária. O Colégio contava, inclusive, com o apoio do presidente da província, Dr. Anselmo Francisco Peretti (1842-1844), que, em pronunciamento à Assembleia Provincial, solicitava a “proteção” dos deputados provinciais ao estabelecimento (Peretti, 1843, p. 14).

Era costume professores particulares e até públicos receberem em suas casas, sem darem ao seu ensino caráter de um estabelecimento formal, alunos pensionistas. Em 1852, na cidade de São Cristóvão, o professor público padre José Antonio Correia recebia em sua casa, mediante pagamento, alunos internos de ambos os sexos, com idade de 12 anos. Prometia o professor ensinar a ler e escrever caligraficamente, com análise gramatical nacional, os princípios de desenho linear e geometria prática, a doutrina cristã explicada e acompanhada de uma breve notícia da história natural – sagrada e profana –, a gramática latina e francesa com a versão e composição da língua, dança e música. As alunas pensionistas aprenderiam também as prendas domésticas (Anúncio, 1852, p. 4). Na Vila do Rosário, a professora pública Anna Alexandrina Monte alojava em sua casa, a qual garantia ter necessários cômodos, meninas internas para educar, assegurando que “[...] não poupara cuidados para bem corresponder aos pais de famílias que lhes honrarem com a sua confiança” (Curso particular, 1888, p. 4). O professor Manoel Alves Machado acolhia em sua casa, localizada em Aracaju, na rua Itabaiana, n. 71 – onde funcionava seu curso de primeiras letras, gramática nacional e aritmética – meninos internos que se destinassem às suas aulas ou às do Ateneu Sergipense, mediante a gratificação mensal de 26\$ réis, e mais 30\$ réis pela lavagem e goma de roupa (Curso, 1877, p. 4). Do mesmo modo, em 1881, Inácio de Souza Valadão, professor do Ateneu Sergipense, possuía uma casa destinada exclusivamente a receber moços ou meninos do interior da província que vinham cursar as aulas daquele estabelecimento. O professor garantia aos pais de famílias a direção dos respectivos pensionistas, cobrando a quantia de 240\$000 réis anuais, pagos em três prestações de 80\$000 réis e correndo as despesas de lavagem de roupa e goma por conta da família (Jornal de Sergipe, 1881, p. 4).

Os internatos e o crescimento da oferta da instrução particular

A deficiência ou a inexistência das aulas públicas em certas localidades fez prosperar o ensino particular, que crescia entre as famílias abastadas ligadas à produção

açucareira, do algodão e da zona de criação de gado, comerciantes e estratos médios da população. Os engenhos de açúcar, sobretudo, garantiam a prosperidade de um pequeno número de famílias que, para garantir a instrução de seus filhos, recorriam às aulas e aos colégios particulares ou os enviavam para os internatos fora da Província.

Na segunda metade do século XIX, mesmo onde existia o ensino público, os números da instrução particular e dos internatos cresceram de forma considerável, principalmente nas cidades ligadas à produção açucareira ou à atividade comercial. As justificativas apresentadas pelos inspetores para esse crescimento da instrução particular na Província de Sergipe são de duas naturezas. A primeira estava relacionada com as condições da instrução pública sergipana na época. Nessa primeira modalidade, apontavam como causas do crescimento a inexistência ou descrédito das aulas públicas em algumas localidades. Assim, para o inspetor José João de Araújo Lima, o crescimento das escolas particulares “[...] deixa ver, ou que as públicas neles existentes são insuficientes em quantidade para as necessidades da população, ou que as cadeiras são mal regidas. [...]” (Bulcão, 1868, p. 5). Em muitas localidades, conforme esse inspetor, a segunda hipótese confirmava-se, mas, em cidades como Estância e Laranjeiras, onde havia o maior número de aulas particulares, somente a primeira hipótese devia ser admitida, pois os professores públicos dessas duas cidades conheciam a matéria que ensinavam e faziam-no com zelo.

A segunda explicação para o crescimento da instrução particular na província relacionava-se com as condições da própria instrução particular, ou seja, a disciplina, a moralidade e a boa regência das aulas, o bom aproveitamento dos alunos nos exames, melhores condições materiais e mais esforço dos professores e proprietários dos estabelecimentos para com o aproveitamento dos alunos. Desse modo, para o inspetor Manuel Luiz Azevedo D’Araújo, era incontestável que, na escola particular, havia “[...] mais esforço, e que se todos pudessem pagar o mestre, a escola pública em muitas localidades ficaria deserta [...]” (Araújo, 1872, p. 21). Segundo ele, a pobreza era a única razão para a manutenção dos números das matrículas nas aulas públicas de certas localidades, ao lado das aulas particulares “cuidadosamente regidas”. Ainda em 1861, o inspetor Guilherme Pereira Rebelo igualmente afirmava que seria preferível a instrução particular se não fosse a obrigação constitucional que tinha o estado de ofertar instrução gratuita a todos (Rebelo, 1861, p. 38).

O crescimento e o desenvolvimento da instrução particular ocorreram em quase todas as províncias do Império. Para essa situação, contribuíram as péssimas condições materiais e de professores da instrução pública

e a falta e/ou insuficiência de investimentos financeiros dos governos provinciais nas aulas e estabelecimentos públicos de ensino (Haidar, 2008; Arriada, 2007). Em Sergipe, acrescenta-se que o crescimento considerável da instrução particular na segunda metade do século XIX também foi motivado pela prosperidade econômica por que atravessava a província e pelo fato do reconhecimento pelo governo central, em 1873, dos exames realizados nas províncias para o ingresso nos cursos superiores (Brasil, 1873), estimulando os estabelecimentos de ensino locais.

Na Província de Sergipe, a instrução particular há décadas já vinha, sem interferência do poder público, se espalhando por toda a província, oferecendo principalmente o ensino primário. Para a criação e funcionamento de aulas ou estabelecimentos particulares de instrução em Sergipe, o Regulamento da Instrução Pública de 1858 exigia a prévia autorização do inspetor geral de Ensino. O pretendente devia, ainda, comprovar ser maior de 21 anos, moralidade, capacidade profissional, confeccionar o programa de estudos e regulamento interno do estabelecimento, indicar a localidade, os cômodos e a situação da casa onde deveria funcionar o estabelecimento e os nomes dos professores (Conceição, 2012). O novo regulamento de 1870 determinava que o ensino particular, primário ou secundário, era livre para todos quantos o quisessem exercer, exigindo apenas uma comunicação à Diretoria de Instrução Pública e a obrigação de remeter anualmente à Instrução os mapas de matrícula e frequência dos alunos e observar as condições de higiene e de moralidade (Nobre, 1878, p. 34), exigências essas que nem sempre eram cumpridas pelos proprietários dos colégios (Cardoso Junior, 1871, p. 50).

No século XIX, a parcela da sociedade sergipana que podia arcar com os custos da instrução particular, sobretudo do internato, eram os grandes proprietários rurais e grandes comerciantes, que não desejavam enviar seus filhos para estudarem fora da Província. Outra questão era que, da década de 1860 em diante, estratos médios da população, diante dos problemas da instrução pública, também recorriam aos estabelecimentos particulares. A maior parte, que vivia na zona rural com dificuldades de transporte para as cidades onde estavam localizados os colégios, encontrava no internato um modelo adequado para garantir a instrução de seus filhos. Dessa forma, foram surgindo pequenos colégios particulares com internatos nas cidades de São Cristóvão, Aracaju, Capela, Estância, Lagarto, Laranjeiras e Propriá.

A partir da transferência da capital da província de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, surgiram, na nova capital, à medida que a cidade se desenvolvia, colégios particulares que ofereciam o internato, possibilitando instrução aos moços vindos do interior da Província. Todavia, foi a partir da década de 1870 que Aracaju, atravessando um período de crescimentos populacional e econômico impulsionados pelas atividades comerciais, tornou-se o centro de maior atração para as famílias que desejavam investir na instrução de seus filhos. Nesse período, os colégios da capital passaram a atrair jovens de diversos pontos da província que vinham residir nos internatos na condição de pensionistas.

Os internatos “ao pé da porta”⁴ e aqueles localizados em cidades da Província, distantes das residências das famílias dos alunos, eram frequentados principalmente por meninos ou meninas que, como dizia, em 1859, o inspetor geral das Aulas Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior, ainda estavam em idade de cursar as “[...] primeiras letras que por seus poucos anos, seus pais os querem mais debaixo de suas vistas [...]” (Albuquerque, 1859, p. 14), ou porque pertenciam às famílias que não podiam fazer face aos gastos para mantê-los em um internato fora da província. Do final do século XIX em diante, à medida que o ensino secundário particular ganhava prestígio e crescia o contingente das classes ricas, os colégios particulares sergipanos tiveram um considerável aumento de alunos internos ou pensionistas, especialmente na capital, a exemplo do Colégio Parthenon Sergipense, que, no ano de 1881, recebeu 76 alunos na condição de internos (Conceição, 2012).

A escolha dos internatos locais ordinariamente era feita pela impressão dos exames a que assistiam os pais, por uma visita ao estabelecimento, por conselho de um parente ou de um protetor. Também influenciava na escolha a seriedade do estabelecimento, os resultados obtidos pelos alunos nos exames, o exemplo do diretor, seu capital social, pela instrução prometida, e professores, entre outros. Na década de 1870, existiam diversos internatos estabelecidos na capital, Aracaju, e em diferentes pontos do interior da província, que ministravam o ensino primário e aulas avulsas do ensino secundário (Leopoldo, 1876, p. 51). O quadro a seguir apresenta uma amostra de colégios ou professores particulares, presentes nos relatórios da instrução e nos jornais sergipanos da segunda metade do século XIX, que recebiam alunos na condição de internos ou pensionistas.

Dentre os internatos que surgiram em Aracaju nas últimas décadas do século XIX, destacava-se o Colégio

⁴ Internatos da mesma cidade ou região onde estava localizada a residência da família do aluno.

Quadro 1. Internatos sergipanos na segunda metade do século XIX.

Chart 1. Sergipeans Boarding in the second half of the nineteenth century.

INTERNATOS MASCULINOS			
Nº	Estabelecimento	Diretor	Local
01	Internato de Japarutuba	Padre Firmino B. Rocha	Japarutuba
02	Internato	Antonio de S. Camilo de Lelis	Propriá
03	Colégio Sergipe Laranjeirense	Paulino de Andrade Faria	Laranjeiras
04	Liceu Laranjeirense	Professor Balthazar Góes	Laranjeiras
05	Aula de Antonio de Araújo Lobão	Antonio de Araújo Lobão	Itabaiana
06	Colégio São Francisco	Manoel Alves Machado	Propriá
07	Colégio N. S. do Amparo	Padre Francisco Vieira de Mello	Capela
08	Colégio S. Salvador	Bacharel Gonçalo Vieira de Mello	Aracaju
09	Curso do Prof. Manoel Alves Machado	Manoel Alves Machado	Aracaju
10	Parthenon Sergipense	Ascendino Argolo Reis	Aracaju
INTERNATOS FEMININOS			
Nº	Estabelecimento	Diretor	Local
01	Colégio N. S. da Conceição	Josefa Maria da Trindade	Aracaju
02	Colégio N. S. da Conceição	Maria Rosa do Espírito	Laranjeiras
03	Colégio N. S. da Purificação	Josefa B. de Oliveira e Souza	Capela
04	Colégio S. Salvador	Julia E. Barbosa de Castro	Aracaju
05	Colégio Inglês	Anna Carroll e Julia de Oliveira	Laranjeiras
06	Colégio Santa Maria	Maria Diniz de Mello	Maruim
07	Colégio Santana		Laranjeiras

Fonte: Relatórios dos presidentes da província e da Instrução Pública de Sergipe (1872, 1875 e 1876) e jornais.

Parthenon Sergipense, fundado em 1879 pelo Dr. Ascendino Ângelo dos Reis. O colégio funcionava como internato e externato para o sexo masculino e oferecia o ensino primário e todos os preparatórios exigidos para a matrícula em estabelecimentos de ensino superior e profissional do Império (Colégio Parthenon, 1883, p. 4), além de classes extraordinárias de música, dança e ginástica (Colégio Parthenon, 1881, p. 4). O diretor do Parthenon Sergipense, a fim de atrair alunos ao seu estabelecimento, regularmente investia na publicação de anúncios nos jornais e almanaques sergipanos, nos quais informava ao público a respeito da localização, dos resultados obtidos pelos alunos, dos professores e das aulas oferecidas, entre outras.

A imprensa ressaltava que, com a criação do Colégio Parthenon Sergipense, os “[...] moços abastados que à necessidade de ensino se junta a do pensionato, por serem de outros pontos da Província [...]” (Colégio Parthenon,

1882, p. 2), procuravam o colégio onde podiam satisfazer ambas as necessidades. De fato, a pensão cobrada pelo estabelecimento impunha uma seleção econômica para a entrada de alunos no estabelecimento. Para os alunos que cursavam o ensino primário, tomando como referência o ano de 1882, a pensão cobrada era de 300\$00 réis anuais. Evidentemente, para o aluno pensionista do curso secundário, o valor da pensão era acrescido⁵. Desse modo, o colégio foi um *locus* de formação de filhos provenientes de ricas famílias sergipanas da capital e do interior. O quadro seguinte apresenta uma amostra de alunos que fizeram o curso primário e/ou secundário, ou parte desse, no Colégio Parthenon Sergipense e a posterior formação superior que alcançaram.

O Colégio Parthenon Sergipense, principalmente pelo número de alunos internos atendidos, já se diferenciava dos pequenos internatos “familiares” dominantes no período em Sergipe. O estabelecimento apresentava um

⁵ Na cidade do Rio de Janeiro, internatos cobravam a pensão em média de 600\$000 réis anuais por aluno pensionista (Cardoso, 1881, p. 648).

Quadro 2. Relação de alunos egressos do Colégio Parthenon Sergipense.

Chart 2. List of former students of the College Parthenon Sergipense.

Nº	Nome	Local/Ano Nascimento	Curso Superior/Instituição
01	Álvaro de Oliveira Ribeiro	Laranjeiras, 1864	Medicina – FAMEB
02	Antonio M. Moreira Guimarães	Laranjeiras, 1868	Direito – F. de Direito do Recife
03	Aristides José de Souza	Itabaianinha, 1865	Medicina – FAMEB
04	Gonçalo Rabello Leite	Riachuelo, 1864	Medicina – FAMEB
05	José de Andrade Fontes	Araúá, 1881	Medicina – FAMEB
06	Joaquim Machado de Faro Rollemberg	Engenho Vitória (Rosário do Catete), 1866	Agronomia – Escola Agrícola da Bahia
07	José Maria Moreira Guimarães	Laranjeiras, 1864	Militar – Escola Militar da Praia Vermelha (RJ)
08	José Mateus de Aguiar	Engenho S. Felix (Divina Pastora), 1864	Direito –
09	Manuel Baptista Itapahy	Fazenda Retiro (Lagarto)	Medicina – FAMEB
10	Serafim de Vieira de Almeida	Engenho Buraco (Itaporanga)	Medicina – FAMEB

Fonte: *O Guarany, Gazeta de Aracaju, Sergipe, Jornal de Sergipe.*

número considerável de alunos pensionistas se comparado com os outros internatos do período, que, muitas vezes, não chegavam a 30 alunos internos. O colégio recebeu 62 internos no ano de 1879, 73 internos em 1880, 81 internos em 1881 e 76 alunos internos no ano de 1882 (Colégio Parthenon, 1883, p. 4).

Opção pelos internatos fora da Província

Famílias abastadas da Província sergipana também utilizaram como estratégia para promover a instrução de seus filhos, especialmente visando à preparação para o ingresso no ensino superior, a matrícula deles nos internatos fora da Província. Nesse sentido, podem ser elencados, de forma exemplificativa, meninos ou moços de engenhos enviados para colégios-internatos em outras províncias, conforme o Quadro 3.

O costume de classes ricas sergipanas de enviar seus filhos para estudar nos internatos em outras províncias do Império foi uma opção que se manteve durante toda a segunda metade do século XIX e permaneceu existindo durante boa parte da primeira metade do século XX⁶. Essa situação era bastante evidente na busca pelos colégios-internatos das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, os quais ministravam os preparatórios para

os exames de ingresso nas Faculdades sediadas nessas localidades. Igualmente existiram casos do envio por pais ou tutores de meninos aos internatos fora da província a fim de cursar o ensino primário. Foi o caso de meninos sergipanos como Deodato da Silva Maia, que, com idade de 11 anos, foi internado no Colégio Sete de Setembro, em Salvador; e Francisco Fernandes de Sousa, contando apenas 9 anos de idade, que foi internado no Colégio Ateneu Baiano. Contudo, provavelmente a maior parte das famílias sergipanas somente recorria aos internatos localizados em outras províncias para que seus filhos cursassem o ensino secundário com idade entre 12 e 15 anos, mais ou menos.

Na escolha do internato, localizado em outra província, era comum que os pais recorressem a amigos ou familiares que residiam onde estavam estabelecidos os colégios ou se informassem através dos anúncios dos internatos costumeiramente publicados em jornais e almanaques que circulavam em Sergipe. Nesse sentido, pode ser citado o Almanaque Laemert que possuía uma sessão de anúncios de colégios-internatos do Rio de Janeiro e circulou em Sergipe, como lembrado nas memórias de Gilberto Amado: “Não me saía também das mãos [...] o Laemert e o de Sergipe. Charadas, enigmas, logogrifos, eu os abatia, ‘com facilidade’, propalava meu pai [...]” (Amado, 1999, p. 104). Também era comum que proprie-

⁶ O Colégio Antonio Viera (CAV), em Salvador, recebeu, no período de 1917 a 1930, muitos filhos de grandes proprietários rurais, usineiros e comerciantes sergipanos (Almeida, 2002).

Quadro 3. Relação exemplificativa de meninos ou moços de engenhos enviados para colégios-internatos em outras províncias.

Chart 3. List of boys and young men of mill sent to boarding schools in other provinces.

Nº	Nome/Ano Nascimento	Local Nascimento	Local da Instrução		Profissão
			Prim. e/ou Sec.	Superior	
01	Albano de Mello Prado (1896)	Engenho da Mata Verde (Siriri)	Ginásio Carneiro Ribeiro (Salvador)	FAMERJ*	Médico
02	Albano do Prado P. Franco Junior (1880)	Engenho S. José (Laranjeiras)	Colégio S. Salvador (Salvador)	FAMEB**	Médico
03	Alcides Brasil de O. Goes (1876)	Engenho de S. Miguel	Colégio S. Salvador (Salvador)	FAMEB	Médico
04	Alípio Cardoso F. de Menezes (1859)	Engenho Novo (Santa Luzia)	Colégio S. Salvador (Salvador)	FAMEB	Médico
05	Augusto Freire de M. Barreto (1862)	Engenho Cantadôro (Laranjeiras)	Colégio Kopke (Petrópolis) e Ginásio Baiano (Salvador)	FAMEB	Médico
06	Eugenio Teles da S. Fontes (1845)	Engenho S. Francisco (Socorro)	Colégio Abílio (Rio de Janeiro)	F. de Direito do Recife	Advogado
07	Fausto de Aguiar Cardoso (1864)	Engenho São Felix (Divina Pastora)	Colégio Sete de Setembro (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
08	Francisco Soares de B. Travassos (1873)	Engenho Vermelho (Japarutuba)	Colégio Menezes Vieira (Rio de Janeiro)	Escola de Ouro Preto	Farmacêutico
09	Francisco Vieira Leite (1887)	Engenho Castelo (Santa Luzia)	Preparatórios em Salvador	FAMEB	Médico
10	Horacio Vieira de Mello (1884)	Engenho Santa Bárbara (Rosário)	Preparatórios em Salvador	FAMEB	Médico
11	João Gomes Barreto (1861)	Engenho Rosário (Rosário)	Preparatórios em Salvador	F. de Direito do Recife	Advogado
12	João Gomes Vieira de Mello (1866)	Engenho Santa Bárbara (Rosário do Catete)	Colégio S. José (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
13	João da Silva Mello (1856)	Engenho Araçá (Capela)	Colégio S. João (Salvador), Gustavo de Sá (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
14	José Mateus de Aguiar (1864)	Engenho S. Felix (Divina Pastora)	Colégio Sete de Setembro (Salvador)	---	Advogado
15	Lauro de Mello Andrade (1898)	Engenho S. Joaquim (Rosário do Catete)	Colégio Carneiro (Salvador)	---	Engenheiro
16	Martinho Cezar da Silveira Garcez (1850)	Engenho Comendaroba (Laranjeiras)	Colégios Santo Antonio e Vitória (RJ)	F. de Direito do Recife	Advogado
17	Olympio Cardoso da Silveira (1879)	Engenho Payayá	Colégio Spencer (Salvador) e G.Baiano	FAMEB	Farmacêutico e médico
18	Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro (1851)	Engenho Varzinhas (Laranjeiras)	Colégio S. João (Salvador)	F. de Direito do Recife	Advogado
19	Serafim Vieira de Almeida (1868)	Engenho Buraco (Itaporanga)	Colégio São José (Salvador)	FAMEB	Médico
20	Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro (1852)	Engenho Varzinhas (Laranjeiras)	Ateneu Baiano (Salvador)	---	---

Notas: (*) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; (**) Faculdade de Medicina da Bahia.
Fonte: Guaraná (1925).

tários de colégios localizados principalmente em Recife, Rio de Janeiro e Salvador mandassem publicar nos jornais sergipanos anúncios dos seus estabelecimentos. Podem ser citados, entre outros, os anúncios dos colégios Alberto Brandão (Vassouras, RJ), Euler (Nova Friburgo, RJ), Ateneu Baiano (Salvador), Colégio De Educação Clássica Todos os Santos (Salvador) e Colégio S. João (Salvador). Nessas publicações, os interessados podiam tomar conhecimento sobre as condições e a localização do estabelecimento, o professorado, as condições de matrícula (idade, valores das pensões, documentos, enxoval, etc.) e as referências apresentadas pelos proprietários dos estabelecimentos, entre outras informações.

Outrossim, o envio de filhos para um internato fora da província requeria, por parte da família, algumas providências. Primeiro, era necessário um correspondente na cidade onde estava localizado o colégio para que este fizesse toda a comunicação com a família do estudante, inclusive respondesse às necessidades materiais dele e garantisse o pagamento das pensões e outras obrigações para com o colégio. Essa providência era garantida pelas relações comerciais que as classes ricas de Sergipe mantinham com os comerciantes dessas províncias, especialmente da Bahia. Como salientava o inspetor Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior, “os pais que estão no caso de pagar pensões têm relações comerciais na Bahia, ou em outras Províncias, e lhes é mais cômodo para esses lugares mandarem seus filhos [...]” (Albuquerque Junior, 1859, p. 14). Mesmo os pequenos internatos localizados na província exigiam dos pais ou responsáveis a figura do correspondente quando estes não residiam na mesma cidade do estabelecimento. Nesse sentido, era o que exigia o estatuto do Colégio Inglês na cidade de Laranjeiras: “Cada aluna deverá ter um correspondente que se responsabilize pelo pagamento das pensões; estas uma vez recebidas consideram-se vencidas e sem direito à restituição” (O Horizonte, 1885, p. 4). Outra providência, não menos importante, era a preparação do enxoval, conforme as exigências descritas nos prospectos ou estatutos do internato escolhido. O estatuto do Colégio Inglês determinava que o enxoval de cada pensionista deveria ser “[...] conforme o gosto e vontade de sua família, sendo, porém, obrigada cada uma delas a trazer cama pequena, colchão, travesseiros e roupa correspondente, lavatório de ferro com bacia e jarros para banho” (O Horizonte, 1885, p. 4). E, o Colégio D’Educação Clássica Todos os Santos, localizado em Salvador, determinava que os internos deveriam “[...] trazer para o colégio tudo o mais que for necessário a sua estada nele, como cama, roupas, vasilhas para seu uso, como se determinara no regimento interno, e livros para as aulas maiores” (*Correio Sergipense*, 1849, p. 3).

Notas sobre práticas culturais nos internatos da Província de Sergipe

Muitas famílias sergipanas residindo nas sedes de fazendas ou engenhos, a fim de promover a formação intelectual de seus filhos na idade escolar remetia-os a um internato. Era o caso dos meninos e meninas filhos de senhores de engenho da cidade de Laranjeiras e do recôncavo, que, contando, muitas vezes, com menos de sete anos de idade, já no início da década de 1840 eram enviados ao internato do Colégio Coração de Jesus, a fim de cursar a educação primária e/ou aulas do ensino secundário. Fundado pelos professores Braz Diniz de Villas-Boas e Inocência Narciza de Santa Roza, o estabelecimento recebia alunos internos – “aqueles, que não só quiserem ouvir lições no Colégio, como nele residir” – de ambos os sexos, com idade que variava de 5 a 18 anos de idade. O colégio também admitia alunos externos, ou seja, – “aqueles, que residindo em casa de seus pais, tutores, benfeitores ou administradores, quiserem as horas marcadas ouvir as lições no Colégio” (Villas-Bôas, 1843, p. 14).

As meninas eram instruídas no ensino das primeiras letras e “artes de recreio”; os meninos ou moços podiam ser recebidos no estabelecimento para cursar as primeiras letras ou aulas do ensino secundário (gramática, latim, francês, filosofia e retórica). Os alunos provectoros ou adiantados nos exames do ensino preliminar começavam o estudo da Língua Latina e, logo depois, julgados habilitados pelo diretor, iniciavam o estudo da Língua Francesa, e, finalmente, os estudos de lógica e retórica. Antes, porém, de passar qualquer aluno de um para outro estudo, o diretor solicitava a anuência ao pai ou tutor sobre a continuação dos estudos no estabelecimento.

Nos dias santos e nos sábados não havia aulas; mas, para evitar o ócio prejudicial à disciplina do internato, o diretor depois do almoço fazia algumas explicações dos deveres do homem para com Deus, para com o próximo, para com a sociedade em geral e para consigo mesmo, correlativamente aos diversos estados, sexos e condições. Nos dias de preceito, os internos iam à missa ou realizavam passeios acompanhados dos respectivos diretores. A orientação católica era predominante nos internatos no século XIX em Sergipe, mas não chegaram a ser criados colégios dirigidos por congregações religiosas ou diretamente ligados à Igreja Católica. Somente nas primeiras décadas do século XX surgiram os primeiros colégios-internatos fundados e dirigidos por congregações religiosas católicas. Os protestantes presbiterianos também estiveram presentes, nesse período, em Sergipe, e fundaram na cidade de Laranjeiras, em 1886, a Escola

Americana que oferecia internato feminino e masculino e o Colégio Inglês, em 1887 (Nascimento, 2004).

O internato do Colégio Coração de Jesus era misto, mas os diretores-proprietários garantiam às famílias a separação dos sexos nas aulas e, principalmente, nos aposentos, a observância dos padrões morais e a “morigerada” (bons costumes) convivência entre meninos e meninas. Quanto a isso, o diretor Braz Diniz de Villas-Boas cuidava pessoalmente da divisão e assistência dos trabalhos dos alunos, da vigilância sobre suas condutas, ao passo que a professora Inocência Narciza de Santa Roza cuidava das meninas, zelando pela “[...] vigilância sobre as maneiras decentes, e próprias de uma senhora, bem como ensinar-lhes a cozer, bordar [...]” (Villas-Boas, 1843, p. 14).

A convivência entre meninos e meninas, embora condenada na época, ocorria de forma vigiada e foi uma acomodação resultante do pouco desenvolvimento da instrução na Província, que não dava lugar a muitas exigências por parte das famílias e, sobretudo, da pouca demanda, fazendo com que os proprietários dos estabelecimentos particulares aumentassem ao máximo as possibilidades de oferta. Como recomendava o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, era essencial, na educação das meninas, a cuidadosa escolha, que deveria haver com as “[...] pessoas que mais frequentam a casa e nela tomam familiaridade. [...] Fora da companhia de seus irmãozinhos, não convém que a menina viva conjuntamente com outro qualquer menino, ainda que seja seu primo” (Educação das Meninas, 1845, p. 4). O internato misto também ocorreu em outras partes do Brasil, porém, nos grandes internatos, principalmente nos confessionais, a regra era o atendimento no internato de apenas um sexo. Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, a convivência de meninos e meninas, nas aulas, já era um tema bastante difundido. A esse respeito, o Dr. João da Matta Machado defendia:

Com efeito: é um fato verificado que a união dos dois sexos nas escolas excita uma nobre emulação, modifica as maneiras rudes e grosseiras dos meninos, comunicando-lhes aquela delicadeza no trato, que caracteriza os homens bem educados e previne ‘essas disposições doentias, essas melancolias sem objeto, esse vago das paixões, que se observa comumente nas casas onde uma desconfiança exagerada separa completamente os dois sexos’ (Machado, 1875, p. 76).

Nos anos de 1840, para enviar seus filhos ao internato do Colégio Coração de Jesus, as famílias da cidade de Laranjeiras e do recôncavo, sobretudo as classes ligadas à produção canavieira e ao grande comércio, deviam providenciar o enxoval e o desembolso referente ao pagamento da pensão. O enxoval, como de costume nos

internatos, deveria ser composto pela roupa de cama e vestuário de livre escolha da família. Nos primeiros anos da década de 1840, os pensionistas do ensino primário ou que cursassem aulas do ensino secundário pagavam uma pensão anual de 200\$000 e por aulas avulsas de latim, francês, lógica e retórica o valor de 4\$000 mensais cada. Também seguindo a regra dos internatos, não estavam incluídas na pensão as aulas de música e dança, e, igualmente, devia ser pago em separado o serviço de roupa lavada e engomada. No caso de doença, os alunos podiam ser tratados no próprio colégio, correndo as despesas com o médico e a “botica” (medicamentos) por conta dos pais ou administradores. Do mesmo modo, ficavam a cargo dos pais as despesas com lápis, papel, penas, tinta e os livros ou compêndios necessários.

Além de não quererem se afastar de seus filhos, principalmente na infância, não se pode desconsiderar que essa opção pelos pequenos internatos familiares da província foi também resultante do aspecto econômico. De fato, era menor o investimento nos internatos locais se comparado com o envio para internatos das cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, destinos de alguns meninos e moços sergipanos oriundos de famílias ricas. Assim, tomando como referência o ano de 1848, para enviar um filho a um internato na Corte Imperial, a família teria que, além dos gastos com o traslado, providenciar um enxoval mais sofisticado e pagar uma pensão anual que podia variar de 288\$000 a 360\$000 (Laemmert, 1884, p. 266, 268 e 271).

Fazia parte da cultura dos internatos a utilização de dispositivos de controle do tempo, os quais sinalizavam aos internos os horários regulados e impositivos. O horário utilizado como controle da atividade é uma “antiga herança das comunidades monásticas” e se difundiu também nos colégios-internatos e está ligado a “três grandes processos – estabelecer as *cesuras*, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição” (Foucault, 2003, p. 127). Na rotina do regime de pequenos internatos familiares sergipanos, como era o Colégio Coração de Jesus, os trabalhos diários dos internos eram precedidos por uma oração, depois eram separados para as respectivas salas, a fim de iniciarem os trabalhos escolares até as oito horas, quando se dirigiam ao almoço. Terminado o almoço, os alunos retornavam aos trabalhos escolares até as dez horas, quando iniciavam as lições de estilo, que duravam até o meio-dia. Depois de uma hora de intervalo e descanso, o jantar era servido de uma hora até as duas horas, e depois meia hora de descanso. Às duas e meia da tarde, começava a segunda sessão de estudos, a qual se prolongava até as cinco e meia, tempo em que iniciava o recreio até as sete horas.

Para os alunos que necessitavam de reforço nos estudos, este iniciava às sete horas até às oito, tempo interrompido para a ceia, que era servida em meia hora e mais meia de descanso. Às nove horas, retornavam aos estudos e somente eram dispensados às onze horas, com a sinalização de um toque de camp⁷, momento em que se recolhiam ao dormitório, depois de uma breve oração. Nos internatos, o toque de sino, ou de outro instrumento, emitia um sinal que obrigava o exercício de ocupações rotineiras e impositivas e regulava os ciclos de repetição delas na cultura do internato: acordar, fazer o asseio, comer, estudar, recrear-se, recolher-se ao dormitório e dormir. Apesar dos desvios, os pensionistas internalizavam os sinais e atendiam sem muita hesitação, pois o “tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (Foucault, 2003, p. 129). A cada instante havia uma atividade correlata e ordenada. Os ritmos dos dispositivos de controle do tempo indicavam uma regulação temporal que servia para acelerar a prática da atividade ao mesmo tempo em que educava para a rapidez do exercício delas através de uma resposta automática, tendo em vista que:

Toda atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente (Foucault, 2003, p. 140).

Portanto, o dia no internato do Colégio Sagrado Coração de Jesus achava-se dividido em, mais ou menos, 10 horas de trabalho, 5 horas destinadas para as refeições, cuidados de limpeza, recreio e 8 horas para o sono. Essa divisão dos horários, ou decomposição do tempo, era realizada em diversas atividades coletivas, programadas e controladas. Buscava garantir “[...] a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (Foucault, 2003, p. 128).

O regime de horários ou divisão do tempo no cotidiano dos internatos brasileiros guarda singularidades durante todo o século XIX. Escrevendo, em 1875, sobre a organização dos colégios-internatos da Corte Imperial, o médico João da Matta Machado apresenta

uma descrição sobre o regime de horário no internato do Colégio Santo Antonio⁸, onde foi aluno interno no ano de 1865, muito semelhante com o regime praticado nos internatos sergipanos da época. Recorda o Dr. Machado que os pensionistas

[...] levantam-se às 5 horas da manhã no verão, e às 6 horas no inverno; meia hora era destinada aos cuidados do asseio, e a uma curta oração na capela, seguia-se o estudo em uma vasta sala bem clara e arejada até às 7 horas e meia, hora do almoço [...].

Depois desta refeição seguia-se um pequeno recreio até às 8 horas, e em seguida aulas e estudo até as 2 horas da tarde sem o menor descanso. Das 2 horas até às 2 e meia iam os pensionistas sucessivamente em turmas de 12, às latrinas, que eram em número igual, sob a vigilância de um *ensor*; até à esta hora, isto é, durante o longo intervalo de 8 horas a ninguém era permitido satisfazer as necessidades corporais, [...].

Às 2 horas e meia jantava-se [...].

Depois do jantar seguia-se o recreio na sala de estudo, que durava todo o tempo que o diretor levava a *palitar os dentes*, isto é, 3, 4, ou 5 minutos quanto muito! ... Continuavam as aulas e estudo até às 5 horas da tarde, seguindo-se depois o recreio até às 6 horas no inverno e 6 e meia no verão. [...]

Depois do recreio cerravam-se todas as janelas da grande sala de estudo, acendia-se grande número de bicos de gás, e os cento e tantos alunos, ao longo de uma extensa mesa, os mais adiantados, e os outros sentados em bancos encostados à parede, estudavam em silêncio sepulcral até às 8 horas da noite.

A ceia, que seguia-se imediatamente, [...] depois desta refeição eram concedidos 10 minutos de recreio seguidos de uma curta oração na capela, finda a qual todos se retiravam para os dormitórios, que eram acanhados relativamente ao número de alunos (Machado, 1875, p. 57).

Nesses registros sobre o regime de horários dos internatos brasileiros e sergipanos, durante o século XIX, percebem-se diferenças culturais no que, ordinariamente, era denominado de almoço, jantar e ceia. Assim, era designada de almoço a primeira refeição do dia, servida entre 7 e 8 horas da manhã, consistindo basicamente em café, leite e pão. O jantar era a segunda refeição do dia, usualmente feita ao princípio da tarde, composta de alimentos substanciais como sopa, legumes, carne, arroz e frutas. A refeição da noite era denominada de ceia,

⁷ Sino pequeno para sinais de aviso.

⁸ Localizado na cidade do Rio de Janeiro, rua dos Inválidos, nº 4 (chácara da Marquesa de Valença), dirigido pelo cônego Francisco Pereira de Souza (Haring, 1867, p. 411).

em que usualmente eram servidos os alimentos leves, a exemplo de sopa de arroz, chá e pão ou somente esses dois últimos. No ano de 1855, o médico José Bonifácio Caldeira de Andrada Junior recomendava que fossem servidas nos internatos aos pensionistas três refeições em horas fixas e determinadas, sendo divididas da seguinte forma “[...] o almoço às 8 horas da manhã, o jantar à 1 da tarde, e 5 ou 6 horas depois a ceia, que só constará de chá com pão [...]” (Andrada, 1855, p. 22).

A respeito dos horários em que eram servidas as refeições, Gilberto Amado, em suas memórias de menino em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX, registrou que o jantar a esse tempo em Sergipe acontecia às duas horas da tarde. A ceia era servida à noite e consistia em chá com pão, bolos, banana assada, banana frita, “fatias de parida”⁹, arroz doce, aipim, inhame. “[...] Carne só uma vez por dia. Mesmo em Aracaju e na Bahia era assim. Só em Pernambuco, quando lá cheguei em 1905, é que vi pela primeira vez jantar como hoje, de noite” (Amado, 1999, p. 31). Outrossim, Gilberto Freyre informa que, no século XIX, o jantar ocorria em horários “[...] que variavam entre as duas e as quatro da tarde. Consistia geralmente no caldo de substância, na carne assada ou cozida, no pirão escaldado, no molho de malagueta. Bebida, quase que era só água [...]” (Freyre, 2003, p. 226).

Quanto ao regime disciplinar dos internatos sergipanos, os alunos estavam sujeitos, dependendo da gravidade e natureza das infrações, a medidas disciplinares, como ficar por certo tempo de pé ou de joelhos, vestir a roupa às avessas, privação de passeio ou de alimento, prisão em local específico, lição dobrada, entre outros. Os castigos corporais, já repudiados no século XIX, não eram citados no regulamento dos colégios particulares sergipanos. A partir de 1850, a Lei Orgânica da Instrução Pública de Sergipe, de 6 de junho de 1850, proibia expressamente a utilização dos castigos físicos nos estabelecimentos de ensino da Província de Sergipe. A esse respeito, o inspetor Guilherme Pereira Rabelo dizia:

[...] pensamos que a proibição absoluta e expressa dos castigos corporais foi muito prejudicial à disciplina das escolas, e que muito tem concorrido para desmoralizá-las, afrouxando os laços de respeito e submissão, que devem prender o aluno ao mestre. [...] porque razão negar ao Professor o direito de aplicar castigos corporais moderados; quando vir que os castigos morais não produzem mais efeito? O que, senão os castigos corporais aplicados aos alunos rebeldes e corrompidos, pode garantir a força moral dos Professores, para que possam manter em suas escolas esta disciplina

não menos necessária do que o saber e a dedicação, para que o ensino progrida? Pensem como quiserem aqueles que nos lerem: o que é certo, o que é um fato incontestável é, que depois que a fêrula desapareceu de sobre a mesa do professor público a disciplina das escolas afrouxou-se até ao ponto da imoralidade e da desordem, e o ensino público retrogradou consideravelmente (Rebello, 1860, p. 13).

Em 1860, o presidente da Província, Manuel da Cunha Galvão, acompanhando o pensamento do inspetor em suas reflexões a respeito do uso da fêrula (palmatória) nas escolas, propôs à Assembleia Provincial a reforma do Regulamento de Instrução Pública, para autorizar os professores a usarem da fêrula independentemente do consentimento dos pais (Galvão, 1860, p. 12). No campo das ideias, dominava a tese contrária ao uso de castigos físicos nos estabelecimentos de ensino, mas, na prática, os castigos corporais, sobretudo os bolos de palmatória, estiveram presentes na cultura escolar brasileira e sergipana até boa parte do século XX. Nas primeiras décadas do século XX, José Lins do Rego recorda a utilização da palmatória pelo diretor da escola onde estudou como aluno interno: “A palmatória era a sua vara de condão; com ela movia o mundo. Pensava corrigir e iluminar com pedaço de pau os que lhe chegavam às mãos para serem moldados a seu jeito” (Rego, 1995, p. 56).

O Colégio Inglês, dirigido por Anna Carroll e Julia de Oliveira, auxiliadas por D. Laura de Oliveira, permite igualmente algumas aproximações sobre a cultura do internato durante o século XIX em Sergipe. O estabelecimento era dedicado exclusivamente ao sexo feminino, na condição de interna ou externa. As meninas aprendiam primeiras letras, religião, português, francês, inglês, alemão, geografia e história universal. Além dessas disciplinas, havia a instrução de trabalhos próprios de uma senhora, ou “artes de recreio”, como piano, desenho, pintura, bordados e confecção de flores artificiais.

No ano de 1885, o ingresso no internato do Colégio Inglês requeria para as famílias que não residiam na cidade de Laranjeiras, como de costume nos internatos, a figura do correspondente que se responsabilizasse pelo pagamento das pensões e demais despesas da pensionista. As diretoras também exigiam que cada pensionista trouxesse para o internato um enxoval composto de vestimentas – segundo o arbítrio dos pais – e uma cama pequena, colchão, travesseiros e roupa de cama, lavatório de ferro com bacia e jarros para banho.

Os valores das pensões, pagos por trimestre, eram de 135\$000 réis para as internas, 30\$000 réis para as

⁹ Doce, também conhecido como rabanada, feito com fatias de pão que, depois de molhadas em leite, são passadas em ovos e fritas.

externas e 60\$000 réis para as externas que também optassem pela instrução de piano. Comparando com os valores dos colégios da Corte Imperial, no ano de 1881, era possível encontrar internatos femininos com valores¹⁰ que variavam de 120\$000 a 150\$000 réis por trimestre. Entretanto, nesses valores não estavam incluídas as “artes de recreio”, a exemplo de língua estrangeira, pintura, dança, piano, canto e desenho. Assim, a aluna pensionista cuja família optasse por uma atividade complementar, como piano, chegaria a pagar o valor de 150\$000 a 180\$000 réis por trimestre, e uma aluna externa com piano pagava 100\$000 réis por trimestre.

Considerações finais

Durante todo o século XIX, foram predominantes na Província de Sergipe os pequenos internatos familiares que funcionavam nas casas dos proprietários ou em casas alugadas para o recebimento de alunos pensionistas que viviam sob os cuidados do diretor, coadjuvado por sua família. Também era costume professores particulares e públicos receberem em suas casas, sem darem ao seu ensino o caráter de um estabelecimento formal, alunos pensionistas.

Famílias sergipanas residindo nas sedes de fazendas ou engenhos, a fim de promover a formação intelectual de seus filhos na idade escolar recorriam aos pequenos internatos localizados na Província, onde cursavam a educação primária e/ou aulas do ensino secundário. Para isso, deviam providenciar o enxoval e o desembolso referente ao pagamento da pensão e de outros gastos. Igualmente, fez parte da cultura educacional de prósperas famílias sergipanas o envio de seus filhos aos internatos localizados em outras províncias.

A opção e o investimento que as famílias faziam para o envio e manutenção de seus filhos e filhas em colégios-internatos de prestígio podem ser compreendidos como resultantes da posição social, das expectativas que depositavam nas futuras gerações (Bourdieu, 1996), da situação desacreditada do ensino público e das relações entre as classes. Neste último caso, como anotou, em 1860, o inspetor Guilherme Pereira Rabelo, as classes abastadas da província sergipana, “[...] inchadas de orgulho e intumescidas de presunção, crendo que seus filhos são de uma argila diferente das dos filhos dos pobres, e vendo de mais reinarem nas escolas públicas o desleixo, a negligência, e a anarquia [...]” (Rebelo, 1860, p. 15), não aceitavam matricular seus filhos nesses estabelecimentos, o que contribuía para estimular o crescimento dos estabelecimentos de ensino particular.

A separação das classes ficava muito mais evidente no caso dos internatos, que, por suas pensões proibitivas, para a maioria da população, davam um sinal de distinção social. Mesmo os estratos médios da população encontravam dificuldades para manter seus filhos em um internato na Província e, sobretudo, enviá-los aos conceituados e caros internatos da Bahia, Pernambuco ou do Rio de Janeiro. Desse modo, o recurso ao internato apresentou-se, desde logo, na província sergipana, como um modelo facilitador para garantir principalmente a instrução dos filhos das classes ricas e, portanto, um fator de diferenciação ou distinção social.

Referências

- ALMEIDA, S.B. 2002. *Negativos em vidro*. Coleção de Imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930. Salvador, EDUFBA, 372 p.
- ARRIADA, E. 2007. *A educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 372 p.
- BRAUDEL, F. 1978. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 294 p.
- BOURDIEU, P. 1996. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 224 p.
- BOURDIEU, P. 1998. Os três estados do capital cultural. In: M.A. NOGUEIRA; A. CATANI (orgs.), *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, p. 71-79.
- CONCEIÇÃO, J.T. da. 2012. *Internar para educar. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*. Salvador, BA. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, 322 p.
- CONCEIÇÃO, T.J. da. 2013. Colégios-internatos nas páginas do Almanak Laemmert (1845 a 1889). *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, 31.1:1-19.
- DESAN, S. 1995. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: L. HUNT, *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, p. 63-96.
- FERREIRA, A.S. 2006. *A reclusão feminina no Convento da Soledade: As diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII)*. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 158 p.
- FOUCAULT, M. 2003. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 262 p.
- FREYRE, G. 2003. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo, Global, 968 p.
- GEERTZ, C. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 323 p.
- HAIDAR, M.L.M. 2008. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo, EDUSP, 265 p.
- MOTT, L. 1992. Sergipanas no Convento da Soledade da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31, p. 91-98.
- NASCIMENTO, E.F.V.B.C. do. 2004. *A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)*. São Cristóvão, Editora UFS, 295 p.

¹⁰ Referentes aos seguintes internatos femininos: Colégio da Baronesa de Geslin, Colégio Brasileiro e Colégio da Imaculada Conceição (Cardoso, 1880, p. 435, 644 e 646).

NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (orgs.). 1998. *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 251 p.

THOMPSON, E.P. 1987. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 468 p.

Fontes

ALBUQUERQUE JR., P.A. da M. 1859. Relatório do Inspetor Geral das Aulas. (Anexo). In: J.D.D'A. BROTERO, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju, Typographia Provincial de Sergipe.

AMADO, G. 1999. *História da Minha Infância*. São Cristóvão, Editora da UFS, 205 p.

ANDRADA JR., J.B.C.A. 1855. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

ANÚNCIO. 1842. *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, 26 out., p. 4.

ANÚNCIO. 1848. *O Correio sergipense*. São Cristóvão, 4 de nov., p. 4.

ANÚNCIO. 1849. *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, 14 jul., p. 4.

ANÚNCIO. 1852. *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, 28 abr., p. 4.

ARAÚJO, M.L.A. 1872. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1871. (Anexo). In: L.A.A. MACEDO, *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março em 1872*. Aracaju, Typographia do Jornal do Aracaju.

BRASIL. Decreto nº 5.429 de 2 de outubro de 1873. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 1, 29 out. 1873.

BRASIL. 1854. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto Nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro.

BULCÃO, A.A.A. 1868. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 2 de março de 1868*. Aracaju, Typographia Jornal de Sergipe.

CARDOSO JUNIOR, F.J. 1871. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 3 de março de 1871*. Aracaju, Typographia Jornal de Aracaju.

CARDOSO, J.A.S. 1881. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1881*. Rio de Janeiro, Typographia E. & H. Laemmert, 38º ano, p. 648.

CARDOSO, J.A. dos S. 1880. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1880*. Rio de Janeiro, Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano.

COLÉGIO PARTHENON SERGIPENSE. 1883. *Gazeta de Aracaju*. Aracaju, 22 dez., p. 4.

COLÉGIO PARTHENON SERGIPENSE. 1882. *Gazeta de Aracaju*. Aracaju, 28 nov., p. 2.

COLÉGIO PARTHENON SERGIPENSE. 1881. *Jornal de Sergipe*. Aracaju, 19 jan., p. 4.

COLÉGIO PARTHENON SERGIPENSE. 1883. *O Guarany*. Aracaju 15 fev., p. 4.

CORREIO SERGIPENSE. 1849. Estatutos do Colégio D'Educação Clássica Todos os Santos, na Bahia. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, 10 fev., p. 3.

CURSO. 1877. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, 13 jan., p. 4.

CURSO PARTICULAR. 1888. *Gazeta de Aracaju*. Aracaju, 5 set., p. 4.

EDUCAÇÃO DAS MENINAS (continuação). 1845. *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, 5 março, p. 4.

GALVÃO, M.C. 1860. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860*. Aracaju, Typographia Provincial de Sergipe.

GUARANÁ, A. 1925. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro, Governo do Estado de Sergipe, 519 p.

HARING, C.G. 1867. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro, Typographia E. & H. Laemmert, 24º ano, p. 411.

JORNAL DE SERGIPE. 1881. Aos senhores pais de famílias do interior da província. *Jornal de Sergipe*. Aracaju, 15 jan., p. 4.

LAEMMERT, E. 1884. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1884*. Rio de Janeiro, 5º ano, p. 266, 268 e 271.

LEOPOLDO, T.D. 1876. Relatório do Inspetor das Aulas, 1876. (Anexo). In: J.F.D'A. PINHO, *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1.º de março de 1876*. Aracaju, Typographia do Jornal do Aracaju, p. 51.

MACHADO, J.M. 1875. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 85 p.

NOBRE, P.F. de C. 1878. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, 1877. (Anexo). In: FONTES, José Martins. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1878*. Aracaju, Typographia Jornal de Aracaju.

O HORIZONTE. 1885. Estatutos do Colégio Inglês. *O Horizonte*. Laranjeiras, 24 dez., p. 4.

PERETI, A.F. 1843. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. São Christovão, Typographia Provincial, 52 p.

REBELLO, G.P. 1860. Relatório do Inspetor das Aulas da Província, 1860. (Anexo E). In: *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860*. Aracaju, Typographia Provincial de Sergipe.

REBELLO, G.P. 1861. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: T. ALVES JUNIOR, *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju, Typographia Provincial de Sergipe.

REGO, J.L. 1995. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 141 p.

VASCONCELOS, Z.G. 1849. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 17 de dezembro de 1849*. São Christovão, Typographia Provincial de Sergipe.

VILLAS-BOÁS, B.D. de; SANTA ROZA I.N. 1843. Estatuto do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Laranjeiras, 1º de agosto de 1841. (Anexo). In: A.F. PERETI, *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 21 de abril de 1843*. São Christovão, Typographia Provincial.

Submetido: 24/08/2014

Aceito: 04/09/2015